

REUNIÕES DA AFA-PR

CONSELHO DELIBERATIVO DEFINE RUMOS DE ATUAÇÃO PARA 2026



No último dia 31 de outubro de 2025, o Conselho Deliberativo, composto pela Diretoria, Conselho Fiscal e Coordenadores de Núcleos, realizou uma reunião ordinária para tratar de pautas estratégicas para a Associação e para o IDR-Paraná.

A pauta tratou do Plano de Unificação das Carreiras Celetistas e atualização da lei dos Estatutários, Apresentação dos Convênios, Agendas e Calendários, Fórum Sindical, Convênio de Saúde, FAES - Fundo de Auxílio Emergencial, Relatos FASER e Assuntos Gerais.

FALA DA DIREÇÃO DO IDR-Paraná

A diretoria do **IDR-Paraná** participou da reunião, representada por Natalino Avance de Souza (Diretor Presidente), Altair Sebastião Dorigo (Diretor de Gestão Institucional) e Jairo da Silva Rocha (Chefe de RH).

Para Natalino, a rotina intensa de trabalho, muitas vezes, faz com que o contato da diretoria fique restrito aos Chefes Regionais. Ressaltou a importância em conversar com quem está na ponta, lá no local, no interior, onde de fato o trabalho acontece.

Natalino comenta que a empresa vive um excelente momento político, com boas relações com outras secretarias e deputados, graças ao bom trabalho realizado pelos servidores, principalmente na execução dos projetos de estradas rurais e, agora, na força tarefa para avaliação dos projetos. Após essa fala a Direção fez uma apresentação rápida de como tramita a proposta dos Planos e do envio de proposta de Lei que em breve segue para a **ALEP**.

“O Plano da Carreira Celetista está finalizado e será encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) juntamente com a correção da lei dos estatutários (perfil profissiográfico do cargo de pesquisador) até 10 de novembro de 2025”

Esta medida visa corrigir distorções salariais, como a judicialização referente a CCT da **CODAPAR**, e assim permitir a realização de um novo concurso público, já autorizado pelo Governador, processo importante para reforçar a ação do Instituto e também para unificar as culturas organizacionais sob uma única identidade do IDR-Paraná. Tratou-se ainda do Concurso já autorizado, sobre o PSS – Processo Seletivo Simplificado, o qual se encontra em pleno andamento, da realização do Saúde Bem Maior e outros que serão abordados a seguir.

A Direção informou que a proposta do Plano Celetista está pronta, e que houve intercorrências no andamento do processo como a uma causa judicial na Codapar, com correção salarial dos trabalhadores, devido a Convenção CCT de 2019 e respectivo reajuste na tabela de 5%. Entendem que caso o plano fosse aprovado antes da incorporação desse índice na Tabela, esse valor ficaria para trás e não poderia ser incorporado na proposta. Foi comentado que foi identificado ainda, uma inconsistência na lei dos estatutários, no item “perfil profissiográfico” do cargo de pesquisador, sendo necessária sua correção para realização do novo concurso, o qual já está autorizado pelo governador.



JAIRO, ALTAIR, ROGÉRIO E NATALINO

SOBRE PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

O Chefe do Departamento de Recursos Humanos, Jairo da Silva Rocha, detalhou as alterações propostas para as carreiras e unificação de Leis:

“O objetivo é reduzir o número de carreiras diferentes (atualmente 6) para apenas três: Celetista, QPIDR e QPPE cedidos”.

Na apresentação de alteração na lei do QPIDR, Jairo comentou que o enquadramento dos servidores na nova lei será obrigatório, trazendo todos os servidores do QPEM, IAPAR para essa nova proposta de Lei. Com isso, após essa etapa, o IDR-Paraná passaria a ter três carreiras a saber: a Celetista, o QPIDR e o QPPE – que engloba profissionais cedidos ao IDR. Hoje temos seis (06) carreiras diferentes, o que aumenta e muito o trabalho de gestão de pessoas do IDR-Paraná’.



A principal mudança na lei do QPIDR é que a carreira passaria a ter de, 45 referências para apenas 17. Para os servidores que tiverem avaliação satisfatória na execução dos trabalhos e realizarem seus cursos de aperfeiçoamentos e especializações, podem chegar ao final da carreira aos 25 anos de serviço na empresa e não aos 35 anos como é hoje no QPIDR.

O primeiro enquadramento do servidor será realizado por salário (no caso QPIDR), sendo enquadrado na referência imediatamente superior. Depois deverá ser atribuída a ele uma classe na nova, imediatamente superior, para todos os servidores que não se encontrem na última classe. A contagem de tempo para evolução funcional, segundo foi apresentado, continua normalmente, e outra mudança importante é o pagamento da **Gratificação Compensatória de Risco Ocupacional**, no valor estabelecido de R\$ 971,45, pago a todos os servidores que exerçam **“atividades ou operações consideradas insalubres ou perigosas”**.

O IMPACTO: O impacto é estimado em cerca de 14%, podendo chegar a 25% para os servidores na próxima evolução funcional que deve ocorrer no próximo ano após a aprovação da Lei. Natalino esclareceu que o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de 173 servidores é *“uma medida paliativa e necessária para reduzir a sobrecarga de trabalho após o último PDV e a demora na realização do concurso”*.

O processo do PSS poderá ser suplementado se houver demanda, mas o foco principal permanece na realização do concurso público para contratação dos 455 novos servidores efetivos. O Diretor Altair parabenizou na oportunidade a equipe do RH pelo trabalho exemplar na organização dos processos de promoção e progressão, garantindo agilidade na implementação dos avanços autorizados.

“Estão fazendo um trabalho exemplar, deixando todos os processos de promoção e progressão de cada servidor montado, assim que acontece a autorização do governador os avanços são implementados em folhas com agilidade”

Altair relatou sobre o trabalho do RH na construção das Leis Celetistas e Estatutários, havendo sempre uma demanda muito grande por informações e análise e avaliação dos impactos, sem contar o PSS – Processo Seletivo Simplificado que está demandando muita gente para realização de todo o processo.

PONTOS IMPORTANTES



- **Novas Regras QPIDR:** A carreira QPIDR passará de 45 para 17 referências. Servidores com avaliações satisfatórias poderão chegar ao topo da carreira em 25 anos (antes eram 35 anos). O enquadramento será obrigatório e feito por equiparação salarial;
 - **Gratificação de Risco:** Será implementada a Gratificação Compensatória de Risco Ocupacional (R\$ 971,45) para quem atua em atividades insalubres ou perigosas. O impacto financeiro total das alterações pode chegar a 25% na próxima evolução funcional;
 - **PSS:** Criado como mediada paliativa e futuro concurso público – A Direção fala que a ideia é a de termos um PSS regularmente, no sentido de atender projetos pontuais. Ela existe e será analisada a partir dos resultados e das demandas;
 - **Unificação de Leis:** O objetivo é reduzir o número de carreiras diferentes (atualmente 6) para apenas três: Celetista, QPIDR e QPPE cedidos;
 - **Novas Regras QPIDR:** A carreira QPIDR passará de 45 para 17 referências. Servidores com avaliações satisfatórias poderão chegar ao topo da carreira em 25 anos (antes eram 35 anos). O enquadramento será obrigatório e feito por equiparação salarial;
 - **Gratificação de Risco:** Será implementada a Gratificação Compensatória de Risco Ocupacional (R\$ 971,45) para quem atua em atividades insalubres ou perigosas. O impacto financeiro total das alterações pode chegar a 25% na próxima evolução funcional;
 - **Nova Tabela Celetistas:** Sobre esta proposta, que visa unificar as carreiras CLT do EMATER, CODAPAR, IAT não houve mudança significativa na estrutura da lei atual. Nos institutos para promoções e progressões, os critérios continuam na nova proposta com os mesmos princípios e o enquadramento se dará na mesma referência e classe que se encontram na tabela atual, o impacto médio para essa nova lei será de 42%.
 - **Investimentos em equipamentos e infraestrutura no IDR-PARANÁ:** Foram detalhados investimentos robustos para a modernização da estrutura de trabalho, como por exemplo na questão de equipamentos de trabalho:
1. Aquisição de 363 veículos para extensão, 728 desktops e 460 notebooks (investimento superior a R\$ 40 milhões). A proposta é usar as Atas de registro de preço para agilizar os processos de licitação, como já é feito hoje pelo FUNDEPAR;

2. Infraestrutura 2026: Estão previstos R\$ 10 milhões para reforma e construção de novos escritórios, buscando condições de trabalho mais dignas e eficientes, utilizando métodos como Atas de Registro de Preço para agilizar as licitações. A ideia, quando possível, é fazer essas obras em parceria com as prefeituras para dar maior agilidade. Um exemplo é a reforma na Unidade Central em Curitiba – sanitários e anfiteatro;
3. Confirmou-se ainda que, para 2026, novas compras de carros e equipamentos de informática estão previstas nas mesmas proporções deste ano, utilizando Atas de Registro de Preço para otimizar os processos licitatórios;
4. Há um esforço para se ter maior agilidade na realização de leilões e doações dos veículos e equipamentos inservíveis limpando e organizando pátios dos escritórios e unidades de pesquisa.

Para finalizar, o Presidente Natalino ressaltou o papel fundamental do Secretário da Agricultura Marcio Nunes e do Secretário da Fazenda Norberto Ortigara, disse ainda que não existe disputa entre os secretários, “somos todos do mesmo lado, no mesmo time, com o mesmo objetivo.

PAUTA DA AFA

1. FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do setor Público Agrícola do Brasil.

Diretoria da AFA fez um breve relato da Federação, do planejamento de ações do Fórum Sindical em 2025 e próximos passos para 2026. Sobre o CONFASER EM Campina Grande-PB, o relato foi que, nota-se que extensão rural na região Sul se encontra em um bom patamar, apesar de um cenário nacional com desafios. O principal tema do evento foi o projeto de lei de criação do SUATER, um fundo permanente para financiar a Assistência Técnica e Extensão Rural. Esse fundo pode e deve representar uma consolidação da ATER no Brasil, reduzindo os riscos de Extinção de empresas como já aconteceu em alguns Estados; O tema principal do Congresso foi as Emergências Climáticas.

2. Diretoria financeira – Foi apresentado os valores de repasse aos Núcleos e valores extras de fim de ano, bem como normas de prestação de contas.

3. PSS E FUTURO CONCURSO

O Diretor-Presidente Natalino Avance de Souza esclareceu, na fala da diretoria, que o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de 173 servidores é uma medida paliativa e necessária para reduzir a sobrecarga de trabalho após o último PDV e a demora na realização do concurso. O PSS poderá ser suplementado se houver demanda. O foco principal permanece na realização do concurso público para contratação dos 455 novos servidores efetivos.

4. RH E PRÓXIMOS INVESTIMENTOS

O Diretor Altair Sebastião Dorigo parabenizou a equipe do RH pelo trabalho exemplar na organização dos processos de promoção e progressão, garantindo agilidade na implementação dos avanços autorizados. Confirmou-se ainda que, para 2026, novas compras de carros e equipamentos de informática estão previstas nas mesmas proporções deste ano, utilizando Atas de Registro de Preço para otimizar os processos licitatórios.

5. SAÚDE E FUNDO DE AUXÍLIO

A pauta incluiu a situação do Convênio de Saúde, a apresentação do FAES (Fundo de Auxílio Emergencial em caso de Sinistro), relatos da FASER e o planejamento de ações do Fórum Sindical para 2025. Sobre o Fundo para Sinistros com veículos, após estudos estima-se que a contribuição terá uma mensalidade de até R\$35,00 e período de carência de 12 meses, com cobertura máxima R\$30.000,00 por sinistro.

Cobertura de até 90% para veículos do IDR-Paraná e 80% para veículos de terceiros. O Diretor Paulo explicou que a ideia do fundo partiu dessa diretoria, pensando em proteger os servidores em caso de acidentes e que as associações do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já possuem fundos similares.

O plano poderá ser implementado no início de 2026 após a aprovação no estatuto da AFA. Interessados poderão em breve fazer cadastro no site da AFA.

6. LICENÇA PRÊMIO:

O RH comentou que algumas situações já estão definidas e sendo pagas com todas as orientações no site do IDR-Paraná, documentos internos, o problema está no decênio de 2007 a 2017, pois o IDR-Paraná solicitou a PGE – Procuradoria Geral do Estado para que se possa pagar proporcionalmente os servidores que nem usufruíram e nem receberam esse período.

A grande dificuldade encontrada está no trabalho de se verificar individualmente, servidor por servidor, para saber quais já receberam ou usufruíram os seus respectivos períodos de licença. Pagamento desse direito que porventura possam ocorrer em duplicidade poderá causar processos judiciais e até inviabilizar o pagamento dos demais postulantes.

Por isso é preciso ter cautela, o que ocasiona demoras. Para o ano de 2025 os membros do Conselho foram informados que não foi previsto recurso para pagamento de Licenças, já para o ano de 2026 está previsto 8 (oito) milhões de reais para pagamento dessas licenças.

7. SALÁRIO DOS TÉCNICOS

A Direção do IDR-Paraná explicou que esse valor foi considerado como base desde o início das negociações e foi aceito pela SEFA – Secretaria Estadual da Fazenda.

“Entendemos que o valor poderia ser maior, até porque na extensão não há distinção do trabalho, mas foi o que foi aprovado e assim será encaminhado”.

8. AGENDAS 2026

A AFA informou que não haverá a parceria AFA/IDR, como em anos anteriores. Desde 2025 a agenda passou a ser de responsabilidade do IDR-Parana. A partir de 2026 o material será em formato de “caderno de campo”. Isso porque “agenda” é considerado pela Lei como “brinde”, sendo assim proibido que uma empresa pública produza e as distribua. A AFA fará agenda aos associados aposentados e também calendários de mesa à todos os associados.

9. PDV

A Direção entende que no ambiente não existe clima no governo para tocar nesse assunto durante este governo. O último PDV deixou os servidores remanescentes muito sobrecarregados, e com a demora na contratação pós PDV, acabou atrasando o desenvolvimento dos trabalhos previstos no período.

10. CONVÊNIOS E BENEFÍCIOS

A Diretora Luci reforça que os associados da AFA podem acessar vários convênios e as informações detalhadas estão no site da AFA.

11. FÓRUM SINDICAL

Composto pela AFA, SINDASPP, SENGE, SINDIVET, SINTAG onde a AFA é o elo entre as entidades com a Diretoria e o Governo, por agregar todas as profissões.

O Fórum tem uma efetiva ação na articulação na negociação do Plano Único e atuou no processo para a reformulação da lei que criou o QPIDR. Por ser trabalho delicado, devido ao fato de termos dificuldade em negociar com o governo, que apesar de no início da gestão faria uma aproximação, hoje deixa claro que não negocia com sindicato, por isso a AFA ganhou papel relevante nesse processo. O Fórum também tem participado ativamente do FES via articulação do SENGE e outros atores.



Foto: Gustavo Adolfo Gomes Scholz - SENGE, Antônio Carlos Gerva - SINTAG, Rogério Almeida - AFA e Ivo Petry Sobrinho - SINDASPP. Presentes na mesa Gustavo Adolfo Gomes Scholz e Raphael Branco de Araujo pelo SENGE, pelo SINDIVET o colega Luiz Rodolfo Scavazza Gertner, pelo SINTAG o colega Antônio Carlos Gerva e o Ivo Petry Sobrinho representando o SINDASPP.

Ivo fez um breve relato das conquistas e dos processos travados, disse estar otimista com a aprovação das duas leis de carreiras tanto do Celetistas como dos Estatutários e disse que essa é das demandas, precisamos trabalhar para um melhor vale refeição e para que o IDR-Paraná tenha um plano de saúde empresarial que possa atender os servidores.

Informou que a CODAPAR tem ações tramitando sobre esses dois pedidos e se a justiça considerar favorável esse direito precisa ser estendido a todos os servidores, além disso, passado o processo eleitoral de 2026, precisamos nos articular para implantar uma lei de política salarial para o IDR-Paraná com critérios pré-estabelecidos de reposições de perdas inflacionárias periódicas, mas para que isso ocorra temos que ter organização entre os órgãos representativos e uma bela articulação política.

Próximas pautas do FÓRUM: Melhoria no vale-refeição e na proposta de plano de saúde empresarial. Implantação de uma lei de política salarial para o IDR-Paraná, com reposição de perdas inflacionárias, a ser articulada após as eleições de 2026

12 – CONVÊNIO UNIMED e SEGURO DE VIDA

Sonia Krenke, consultora de saúde da AFA, falou dos benefícios do plano de saúde: que é o melhor plano de saúde existente no país, por ser sem coparticipação e da importância de incentivar novas adesões para baixar a média de idade, pois se não houver inclusões o plano pode se tornar inviável ao longo dos anos.

Que existe uma pressão muito grande por parte da UNIMED para encerrar esse plano e colocar um que tenha menos benefícios e tenha coparticipação de 50%, porém com os mesmos valores de mensalidades. Colocou a dificuldade para manutenção dos preços ou aumento mínimo possível de reajuste, que essa negociação é muito desgastante e muitos associados não valorizam as conquistas obtidas, com reajuste sempre inferiores a tal inflação médica.

Ressalta os benefícios do Plano de Saúde e do Seguro de Vida, apresentando informações sobre os convênios e dados de utilização pelos beneficiários. Informou que a sinistralidade

(uso do plano) desse ano está abaixo do limite de 75%, sendo assim, abre uma melhor margem para negociação. Sonia relatou que foi autorizada pela Diretoria da AFA para buscar por outras opções no mercado e está solicitando orçamentos sobre opções de outros planos inclusive da própria **UNIMED**;

Uma das opções apresentada é **MedSenior**, empresa especializada no público 49 anos+ que pode ser uma alternativa. Ressaltou que com a alteração em 2024 do estatuto, inclusão do sócio este se mostra como alternativa, ou seja, ter uma opção para público acima de 49 anos da região metropolitana com redução na idade média dos usuários da UNIMED e respectiva redução na sinistralidade e melhora de critérios nas negociações;

13 – CONSELHO FISCAL: O presidente do Conselho Fiscal Wander Adriano Maluf Miranda, Jonas Eduardo Bianchini, Célia Regina Marcon que fizeram um relato da reunião do Conselho Fiscal que houve no dia 30 de outubro na sede da AFA para análise das movimentações financeiras e documentais da Associação. Após apresentarem ao Conselho Deliberativo, com o parecer favorável, o Conselho aprovou com parecer favorável sobre as movimentações financeiras da AFA;



No fim da reunião, o Presidente Rogério agradeceu a presença de todos, falou da importância desses dois dias de reunião, com presença no jantar, do Secretário Norberto Ortigara e do Presidente do Ceasa Paraná Éder Bublitz além do Diretor Presidente do IDR-Paraná Natalino Avance. Que o retorno da Diretoria para esclarecer a todos sobre os encaminhamentos na empresa mostra a representatividade e o respeito que a AFA tem junto as lideranças da agricultura Paranaense.

Fique atento aos Boletins e Redes Sociais da AFA, nosso compromisso é o de continuaremos informando sobre os desdobramentos dessas importantes decisões.

Acesse o link para ver os vídeos / fotos. [\(clique aqui\)](#)

DIRETORIA ESTADUAL DA AFA-PR

Acesse o site da AFA www.afapr.org.br / E-mail: afapr@afapr.org.br / Telefones: (41) 3253-3207 / 98508-2198